

## SEXUALIDADE E EMPODERAMENTO: UMA CONEXÃO ÍNTIMA<sup>1</sup>

Kate Hawkins<sup>2</sup>  
Andrea Cornwall<sup>3</sup>  
Tessa Lewin<sup>4</sup>

### Resumo

O que a sexualidade tem a ver com o empoderamento de mulheres? Pesquisas realizadas pelo Consórcio do *Pathways of Women's Empowerment* – Trilhas do Empoderamento de Mulheres – mostram que a sexualidade afeta tanto o empoderamento político quanto o econômico de mulheres, de diversas formas, mas todas igualmente importantes. Neste documento de subsídio à formulação de políticas, demonstramos por que a questão da sexualidade é de grande importância para o empoderamento de mulheres. Para tanto, nos apoiamos em resultados de pesquisas desenvolvidas pelo Consórcio do *Pathways of Women's Empowerment* e de outras iniciativas colaborativas com o Programa de Sexualidade e Desenvolvimento do *Institute of Development Studies* (IDS), financiadas com o apoio do Department for International Development (DFID).

**Palavras-chave:** Empoderamento. Sexualidade.

### Abstract

What does sexuality have to do with women's empowerment? Research from the *Pathways of Women's Empowerment* RPC shows that sexuality affects women's political and economic empowerment in a number of important ways. In this policy paper, we demonstrate why sexuality is so important for women's empowerment, drawing on evidence generated by research carried out by the *Pathways of Women's Empowerment* RPC and collaborative initiatives with the DFID-funded IDS *Sexuality and Development Programme*.

**Keywords:** Empowerment. Sexuality.

---

<sup>1</sup> Título original *Sexuality and Empowerment: An Intimate Connection*. *Pathways* Policy paper, October 2011, Brighton: *Pathways of Women's Empowerment* RPC (Consórcio do Programa de Pesquisas Trilhas do Empoderamento de Mulheres). Tradução do original em inglês de Cecilia M. B. Sardenberg.

<sup>2</sup> Kate Hawkins é pesquisadora do Programa Sexualidade e Desenvolvimento no *Institute of Development Studies*.

<sup>3</sup> Andrea Cornwall é antropóloga social, professora da *University of Sussex*, pesquisadora do IDS e diretora do *Pathways of Women's Empowerment Programme*. e autora de vários trabalhos sobre participação e democracia, empoderamento e direitos humanos das mulheres.

<sup>4</sup> Tessa Lewin nasceu em Zimbábue/África do Sul, atualmente é pesquisadora do *Institute of Development Studies* e coordenadora de comunicação do *Pathways of Women's Empowerment*. Especialista na área de meios de comunicação, tecnologias digitais, gênero e sexualidade.

## Introdução

O que a sexualidade tem a ver com o empoderamento de mulheres? Pesquisas realizadas pelo Consórcio do Pathways of Women's Empowerment – Trilhas do Empoderamento de Mulheres – mostram que a sexualidade afeta tanto o empoderamento político quanto econômico de mulheres, de diversas formas, mas todas igualmente importantes. Por exemplo, na maneira em que as

Será que a reforma legal por si só poderá solucionar os problemas vivenciados pelas mulheres no Egito? Penso que não. Acho que precisamos fazer mais. Precisamos nos voltar para a opinião pública e como ela é construída; para nossas normas sociais e como as pessoas pensam o casamento; para os papéis de homens e mulheres e suas relações no casamento. Temos que desenvolver um diálogo, um diálogo com a sociedade. (AL-SHARMANI, s/d).<sup>1</sup>

mulheres vivenciam a candidatura a postos políticos, na forma em que são tratadas e respeitadas (ou desrespeitadas) no local de trabalho ou em público e como famílias e comunidades têm certas expectativas quanto à forma que devem se comportar. Ser exposta ao assédio e violência sexual e não poder exercer seu direito de escolha em relação a seus relacionamentos sexuais afetam o bem-estar das mulheres e, em última instância, minam suas possibilidades de empoderamento político, social e econômico.

### **Caixa 1 – Como o empoderamento de mulheres se mostra através das lentes da sexualidade?**

A forma estreita em que a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres são abordados nas políticas e programas de desenvolvimento tem comumente excluído a sexualidade. Uma “lente de sexualidade” pode desvendar novos caminhos para pensarmos os problemas relativos ao desenvolvimento. Se, por exemplo, olharmos para o empoderamento das mulheres através das lentes da sexualidade, veremos um retrato mais completo e realístico da mulher: não como uma vítima, tampouco como um produto-feito de mulher “empoderada”, mas como uma mulher com uma vida complexa e em transformação. Veremos uma mulher cujo bem-estar depende, entre outras coisas, de poder fazer escolhas sobre seu corpo, seu prazer e sua própria sexualidade. Pode-se vislumbrar, também, uma mulher que se enquadre – ou talvez questione – o confinamento de pressões sociais e de expectativas sobre seu comportamento. A sexualidade e a identidade de uma mulher podem afetar muitos aspectos da sua vida, inclusive seu emprego e outros meios de vida, suas relações familiares, sua possibilidade de transitar em público, suas oportunidades de participação na política formal e informal, seu acesso à educação. Fazer uso das lentes da sexualidade adiciona algo muito valioso aos nossos esforços para promover o empoderamento de mulheres.

Neste documento de subsídio à formulação de políticas, demonstramos por que a questão da sexualidade é de grande importância para o empoderamento de mulheres. Para tanto, nos apoiamos em resultados de pesquisas desenvolvidas pelo Consórcio do Pathways of Women's Empowerment e de outras iniciativas colaborativas com o Programa de Sexualidade e Desenvolvimento do Institute of Development Studies (IDS), financiadas com o apoio do Department for International Development (DFID).

### **Como pesquisamos sexualidade e empoderamento de mulheres?**

A palavra “sexualidade” é comumente mal interpretada. Isto pode dificultar a compreensão da conexão íntima entre o empoderamento de mulheres e a sexualidade. A sexualidade não é uma simples questão de orientação ou preferência sexual. Seja a mulher lésbica ou não, quer sinta desejo pelo mesmo sexo quer seja heterossexual, bissexual ou assexual ela irá vivenciar, em momentos diferentes da sua vida, constrangimentos, restrições, prazeres e possibilidades que derivam da sua sexualidade.

Abordar a questão da sexualidade no campo do desenvolvimento quase sempre leva a se focar nos aspectos negativos da sexualidade tais como doenças, violência e abuso. Sem dúvida, é de grande importância atentar para estes aspectos maléficos e negativos da sexualidade, a exemplo da violência. A ONU Mulheres, entidade parceira do Consórcio do Pathways, tem sido uma das lideranças mais expressivas no tocante ao combate a tudo isto. Mas trata-se apenas de parte da realidade. Sexualidade – é importante dizer – é também sobre prazer. Ao ignorar este fato, as entidades doadoras podem dar margem à dominância de narrativas de vitimização, que congelam homens e mulheres em estereótipos constrangedores, não ajudando em nada. Olhar para os aspectos prazerosos da sexualidade convida a uma reflexão mais perto da realidade da vida das mulheres e a um melhor entendimento de todos os possíveis fatores que contribuem para o seu empoderamento. O trabalho do Projeto do Prazer demonstra este particular.

Esse projeto do Pathways explora o potencial que abordagens positivas à sexualidade podem oferecer. Primeiro, buscamos entender como narrativas sobre sexualidade mudam e podem ser transformadas. Nossa pesquisa priorizou a cultura popular como um dos veículos mais importantes para mudar narrativas. Em segundo lugar,

colhemos exemplos de iniciativas que buscavam transformar as culturas sexuais de uma forma mais prática. Nossa atenção se voltou mais diretamente para a questão do empoderamento, procurando aprender com exemplos nos quais abordagens mais positivas da sexualidade promoveram o empoderamento de mulheres e meninas.

## **Caixa 2 – Principais Resultados**

1. A sexualidade é parte integrante do empoderamento político e econômico das mulheres. Elas precisam ter controle sobre seus corpos, afirmar seu direito à autonomia física e à proteção contra abusos bem como realizar seu direito a uma vida sexual segura e satisfatória. Sem isto, os limites se estreitam quando as mulheres fazem demandas em outras áreas de suas vidas.
2. Os relacionamentos íntimos das mulheres podem ser uma fonte vital de apoio nas suas trilhas para o empoderamento. Contudo, quando esses relacionamentos minam ou esgotam seus recursos ou bem-estar ou quando as mulheres não conseguem construir relacionamentos de sua própria escolha devido às normas sexuais prevalentes, será pequena a sua possibilidade de conseguir o suporte pessoal que observamos ser essencial ao processo de empoderamento.
3. Normas e estruturas que regulam a sexualidade podem impedir que as mulheres tenham uma vida plena de realizações. Conformer-se às normas referentes à sexualidade pode, às vezes, garantir, às mulheres, acesso a benefícios materiais. Mas pode também levar à perda do controle sobre suas vidas. O controle da sexualidade da mulher afeta sua capacidade de organização e de engajamento político, seu acesso a serviços públicos, sua capacidade de ganhar a vida, de aprender e repassar informação, de desfrutar do tipo de vida pessoal e familiar que deseja e de manter sua integridade física.
4. Questionar as normas prevalentes da sexualidade feminina pode levar as mulheres a exclusão, marginalização e empobrecimento. É de importância vital apoiar as mulheres marginalizadas em virtude da sua sexualidade, reconhecendo suas lutas políticas como formas legítimas de resistência à injustiça e desigualdades.
5. Ações contra a injustiça em questões de sexualidade são uma prioridade. Isto pode se traduzir na necessidade de questionar o isolamento de mulheres que não se conformam às normas sociais, econômicas e políticas vigentes. Pode também implicar em pressionar em favor da formulação de políticas e reformas legislativas no sentido de criar um ambiente que propicie um exercício positivo da sexualidade.
6. O desenvolvimento internacional tem lidado de forma a desejar muito no tocante a questões de sexualidade. Isto tem causado um impacto negativo na eficácia de intervenções que visam apoiar o empoderamento das mulheres. A “lente da sexualidade” pode oferecer um novo olhar para problemas, aparentemente insolúveis, do desenvolvimento, tal qual acabar com a pobreza, prevenir a violência contra mulheres, ou melhorar o acesso à educação. As lutas por justiça social e igualdade podem intersectar aquelas que visam à realização dos direitos sexuais.



Trabalhadora da indústria de vestimentas

Foto: Sheikh Rajibul Islam

### **Caixa 3 – Conexões entre Sexualidade e Empoderamento de Mulheres**

#### **Sexualidade e política**

Quando uma mulher se candidata a um cargo político, sua sexualidade pode figurar como uma das barreiras mais proeminentes a serem enfrentadas para que ela possa ser indicada, selecionada e eleita. Se, por exemplo, ela for solteira, separada ou divorciada isto poderá ser motivo de calúnias contra seu preparo para um cargo público. Se ela não é mãe, pode ser julgada como não detentora das qualidades que a tornariam mais eficaz na política. Se tem filhos fora do casamento, pode ser relegada ao ostracismo por seu partido ou estampada nas manchetes de jornais e perseguida pela imprensa. Quando ela é membro de uma comissão dominada por homens, como acontece com a maior parte das comissões parlamentares, poderá se ver como foco de comentários derogatórios e paternalistas se não de assédio sexual.

#### **Sexualidade e economia**

As conexões entre sexualidade e empoderamento de mulheres se tornam ainda mais concretas e evidentes quando nos voltamos para o mundo econômico. Em algumas partes do mundo, as mulheres sempre trabalharam fora. Mas, em outras, a entrada de mulheres no mercado de trabalho e seu engajamento em microempreendimentos só floresceu, em décadas recentes. As iniciativas no sentido do empoderamento econômico de mulheres visam a promover os efeitos empoderadores que propiciem às mulheres um maior acesso a uma renda regular própria. Mas, para muitas mulheres – especialmente para as mais jovens – a sexualidade pode criar barreiras ao acesso a estas oportunidades. As mulheres podem sofrer assédio sexual nas ruas e no trabalho ou sofrer pressões, por parte de membros de sua família, em relação a por quem podem ou não se deixar apaixonar ou com quem devem ou não se casar. No caso de mulheres que não se conformam às normas impostas, preconceitos contra elas no local de trabalho podem levá-las ao desemprego ou à insegurança no trabalho, bem como torná-las alvo de assédio moral e sexual.

## **Sexualidade e Bem-estar**

A sexualidade é um aspecto fundamental do bem-estar. Nossas sexualidades, nossas escolhas e experiências sexuais dão forma a quem nos tornamos e podem ter um impacto significativo na nossa saúde, fortuna, bem-estar e capacidade de contribuir para nossas comunidades e para a sociedade. As consequências negativas e prejudiciais dos estereótipos sexuais bem como os perigos, o assédio e os abusos que as mulheres sofrem em consequência das normas sexuais e sociais prevalentes deveriam ser causa suficiente para intervenções de desenvolvimento. Não pode haver empoderamento se as mulheres não têm o direito de exercer controle sobre seus próprios corpos. Mas isto não é tudo. Uma abordagem que enfatize só os aspectos negativos pode ser desempoderadora. Ao retratar as mulheres como vítimas vulneráveis do assédio e abuso sexual, o foco nos perigos e males da sexualidade rouba a atenção das suas dimensões positivas e de sua contribuição para o empoderamento de mulheres.

## **Sete Recomendações para a Formulação de Políticas**

1. Trabalhar com sexualidade deveria ser parte fundamental de qualquer estratégia para promover o empoderamento de mulheres. Agências doadoras deveriam investir mais recursos com vistas a melhor conhecer o impacto da sexualidade no empoderamento das mulheres.
2. Políticas e programas que lidam com sexualidade deveriam se voltar para aspectos outros que não os negativos tais como doenças, violência e abuso. A sexualidade também é sobre prazer, controle e empoderamento.
3. Agências doadoras que trabalham com sexualidade deveriam ser orientadas por – e trabalhar mais de perto com – ativistas locais de direitos humanos e direitos sexuais. Essas agências, muitas vezes, usam a desculpa do relativismo cultural para evitar lidar com a sexualidade; mas, para corrigirmos as injustiças sociais, é necessário, às vezes, confrontarmos questões que nos causam desconforto.
4. Agências e técnicos de desenvolvimento deveriam cuidar para que não acabem por ignorar ou marginalizar mulheres cuja visão de empoderamento sexual possa ser diferente da sua. Mulheres que vivenciam as consequências negativas da sexualidade – seja como viúvas, mulheres descasadas ou cujo desejo se dirige para outras mulheres – precisam de apoio.
5. A formulação de políticas e programas deve apoiar as mulheres nas suas lutas para formar o tipo de parcerias sexuais e arranjos familiares que elas desejam. Isto é uma parte integral do empoderamento de mulheres.

6. Agências de desenvolvimento deveriam dar suporte às mulheres para que elas possam desafiar os contextos legais, políticos e sociais que limitam a livre expressão da sua sexualidade e para que possam se articular no sentido de uma atuação coletiva pressionando por mudanças.

7. Entidades financiadoras deveriam apoiar as iniciativas inovadoras no sentido de criar novas narrativas sobre a sexualidade e desafiar os estereótipos existentes, apresentando alternativas reais para mulheres e homens que, em última instância, promovem o empoderamento de mulheres.

#### **Caixa 4**

##### **Heteronormatividade**

Heteronormatividade é a institucionalização da crença em que somente a heterossexualidade e apenas alguns tipos particulares de relações heterossexuais são tidas como normais como, por exemplo, em um casamento entre pessoas de sexos diferentes, mas da sua mesma classe social e mesmo grupo étnico (CORNWALL; JOLLY, 2008).

Em muitos países, o casamento permanece sendo a única instância legítima para a expressão sexual. As mulheres, muitas vezes, querem se casar porque isto pode lhes trazer alguns benefícios tais como uma aceitação maior por parte da sociedade ou a oportunidade “legítima” de terem filhos. O casamento pode também ser uma fonte de prazer, afeição e felicidade (JOHNSON, 2010; AL-SHARMANI, n.d.; FAIZ RASHID, 2006). Mas o casamento, às vezes, implica em abusos e restrições no exercício da escolha.

A institucionalização do casamento pode funcionar de sorte a sustentar os direitos dos homens sobre as mulheres e tornar seus privilégios e prerrogativas em algo normal e natural. As mulheres que mantêm ou gostariam de ter relacionamentos não socialmente sancionados – viúvas que desejam um relacionamento amoroso, mulheres jovens que desejam ter namorados ou mulheres que sentem desejo por outras mulheres – podem ficar sujeitas a abusos, ao ostracismo ou a outras formas de opressão. Isto pode trazer consequências deletérias para a sua saúde mental e integridade física, assim como para a sua capacidade de seguir uma carreira, assumir cargos de representação na política ou de trabalho em suas comunidades (PEREIRA, 2009).

#### **Recomendação Número Um**

*Trabalhar com sexualidade deveria ser uma parte fundamental de qualquer estratégia para promover o empoderamento de mulheres. Agências doadoras deveriam investir mais recursos com vistas a melhor conhecer o impacto da sexualidade no empoderamento das mulheres.*

A sexualidade deveria ter uma importante consideração por parte das agências de desenvolvimento que se propõem a promover o empoderamento de mulheres. A sexualidade afeta, por exemplo, as tentativas de diferentes agências de reduzir a pobreza, prevenir a violência contra mulheres e ampliar seu acesso à educação. A sexualidade também tem importância em contextos frágeis marcados pelo conflito.

Quando a sexualidade não é levada em consideração, isto pode resultar em consequências negativas para mulheres e meninas. Por exemplo, algumas intervenções de desenvolvimento reforçam normas sobre condutas e expressões sexuais “apropriadas”, ao invés de questionar os sistemas que limitam a atuação das mulheres (LIND, 2009). Em certas ocasiões, essas intervenções nos países em desenvolvimento têm incentivado determinados estereótipos e compactado com tentativas de controlar a sexualidade feminina. Preocupações em relação ao excesso de população estão, muitas vezes, ligadas ao medo de instabilidade política e à independência de antigas colônias (GOSINE, 2009).

Muito do trabalho relativo à sexualidade, no contexto do desenvolvimento internacional, tem se voltado para as doenças sexualmente transmissíveis ou para os direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Trata-se de questões importantes que afetam o empoderamento de mulheres de diversas maneiras, a exemplo do que revela a pesquisa de Xiaopei He, quanto ao seu impacto no bem-estar de mulheres casadas com homens gays obrigados a se casar por normas sociais e legislação homofóbica. Mas isto tem se traduzido em menos atenção para as implicações das normas prevalentes da heterossexualidade no tocante ao empoderamento de mulheres ou no que se refere à relação entre sexualidade e economia.

### *Combatendo a Pobreza*

O desenvolvimento é mais do que a acumulação de bens materiais. Conquistar mais liberdade e bem-estar é uma parte integral do desenvolvimento. Não podemos ignorar a discriminação, desigualdade e exclusão social e suas

“Se os corpos de mulheres, homens e pessoas trans podem ser violados por outros e se nossa própria existência é ameaçada, como poderemos desfrutar de qualquer tipo de desenvolvimento?”  
(Mulher de Bangladesh participando de uma conferência sobre sexualidade e direitos sexuais organizada pela Coalizão por Direitos Sexuais e do Corpo em Sociedades Islâmicas, citada em Amado, 2009).

consequências para o desenvolvimento. Longe de se tratar de uma questão marginal, a sexualidade está no cerne da conquista de liberdades essenciais.

A heteronormatividade influencia as economias porque elas são estruturadas em termos de um modelo de relacionamento heterossexual. Isto pode excluir – ou incluir de forma adversa – pessoas, de acordo com as suas identidades de gênero e sexuais e relacionamentos. Em muitos casos, as pessoas mais pobres estão mais vulneráveis ao desrespeito de seus direitos sexuais e desrespeito pode entrincheira-las na pobreza. Divergir ou se conformar às normas pode ter impactos materiais. Aquelas que são marginalizadas pelas normas dominantes no que se refere a gênero e sexualidade – como ocorre com lésbicas, bissexuais, mulheres solteiras, viúvas e profissionais do sexo – podem enfrentar, não apenas pressões para se conformarem às normas vigentes, como também o estigma, discriminação e violência caso não o façam. Preconceito e discriminação enfraquecem as redes familiares e de amigos e colegas, que são sempre importantes salvaguarda contra a pobreza, particularmente para as mulheres que trabalham na economia informal.

#### **Estudos de Caso**

A pesquisa de Sabina Faiz Rashid, de Bangladesh, enfatiza as formas em que a economia, as relações sexuais e viver livremente estão interligados. Mulheres que se separaram ou foram abandonadas por seus maridos quase sempre empobrecem, o que levou algumas a se casarem novamente em busca da proteção masculina. Dentro do casamento, muitas mulheres vivenciaram o sexo forçado, mas relutaram em dizer não aos desejos dos maridos com medo de que eles as deixassem. Algumas toleraram seus casos por fora, ou mesmo coesposas, pela mesma razão. Para essas mulheres, “Direitos Sexuais... significa algo de que abdicam em troca de direitos de segurança, ainda que tênues; significa poder de curta duração... Só muito raramente significa ter controle sobre suas próprias experiências sexuais” (FAIZ RASHID, 2006, p. 75).

A pesquisa-ação desenvolvida por Susie Jolly, na China, explorou os elos entre sexualidade e dinheiro revelando que, para muitas participantes, alimentar seus desejos quanto a sexo, seus relacionamentos e sua expressão de gênero é tão importante quanto elevar seu nível de vida. Uma vez atendidas as necessidades básicas, sexo pode, então, trazer benefícios “interiores” e alegria, tidos em alta estima. Isto é demonstrado pelas diferentes maneiras em que as mulheres estão preparadas para enfrentar sacrifícios materiais para constituir relacionamentos (JOLLY, 2011).

## Prevenindo a Violência contra Mulheres

“Bons relacionamentos não são forçados nem violentos. Eles são o produto da possibilidade das pessoas escolherem de que forma, com quem e quando constituir um relacionamento. Bons relacionamentos fazem uma imensa diferença para o nosso bem estar. As pessoas pobres muitas vezes encontram significativas barreiras para constituir esses relacionamentos” (Nemat Shafik, DFID, 14 de fevereiro de 2011, no lançamento da Exposição de Fotografias sobre Sexualidade e Desenvolvimento nos escritórios do DFID em Londres)

Violência e empoderamento de mulheres estão claramente ligados. O direito de controle sobre o próprio corpo é o direito mais básico (CORNWALL; JOLLY, 2006, p. 5). A violência contra mulheres impede que as mulheres escolham se, quando e sob que condições farão sexo. A violência pode determinar se as mulheres terão controle sobre a escolha de parceiros ou com quem devem se casar, inclusive, se terão controle sobre seus corpos nesses relacionamentos. As mulheres mais jovens estão particularmente sob o risco de um casamento forçado e prematuro, do estupro conjugal e de uma gravidez forçada. Combater a violência sexual é crucial para o empoderamento de mulheres.

Os resultados das pesquisas do Pathways têm demonstrado que mulheres que rejeitam as normas sociais e seguem seus desejos correm o risco de sofrer punição por parte da sociedade ou do estado. Este tipo de violência recebe menos atenção, mas é uma grande barreira para o empoderamento. Por exemplo, em alguns contextos, trabalhadoras do sexo estão sob o imenso perigo da violência por parte do estado e das comunidades em que vivem. Em parte, isto resulta da vulnerabilidade gerada pela criminalização dos serviços



Recém casados sentados em um carro decorado para a ocasião com corações e o símbolo chinês do casamento: dupla felicidade, Cambodia  
Foto: Mark Henley/Panos

sexuais. Estas leis comumente se originam na crença de que trocar sexo, com vários parceiros, por dinheiro, viola normas relativas à virtude e castidade femininas. Como resultado, a venda do sexo é retratada como abusiva para as mulheres, independentemente de como as próprias mulheres envolvidas vivenciam a situação (OVERS; HAWKINS, no prelo). Dar suporte às mulheres para que elas possam seguir suas escolhas no tocante à sexualidade, é crucial para o seu empoderamento.



Uma bandeira levantada pela União de Trabalhadoras do Sexo durante uma manifestação do Dia do Trabalho na Praça do Parlamento, em Westminster, Londres  
Foto: Jenny Matthews/Panos

### Estudos de Caso

Jaya Sharma desenvolveu pesquisas junto à ONG Nirantar que trabalha com mulheres em situação de violência doméstica em zonas rurais na Índia. As pesquisas mostraram que a violência era, muitas vezes, desencadeada quando as mulheres expressavam desejos que os maridos consideravam "inaceitáveis". Muitas viviam em relacionamentos violentos, pois era a única maneira aceitável para darem vazão às suas necessidades sexuais. As mulheres explicaram que era possível tomarem a iniciativa sexual e buscarem o tipo de

prazer que lhes agradava, muitas vezes assim procedendo. Elas falaram da subversão e da negociação de normas sociais e níveis de agenciamento. Ficou claro que, embora as mulheres que seguem as normas possam conseguir benefícios com isto, estes benefícios são frágeis e/ou condicionados a uma conformação contínua. As mulheres explicaram que era difícil conseguir apoio da sociedade para se afirmar um desejo, sendo este apoio muito mais fácil de vir caso fossem vítimas de violações (SHARMA, 2010).

Na Índia, as mulheres da VAMP, um coletivo de trabalhadoras do sexo, se organizaram em torno da prevenção da AIDs, o que trouxe transformações para a sua comunidade. Antes delas se articularem para pressionar por mudanças, a comunidade local as chamava de "gente suja" e se mantinha silenciosa quando elas eram espancadas. A partir da sua organização, elas conseguiram: desenvolver um sistema de regulação da indústria do sexo local para garantir o não envolvimento de jovens menores de idade e de mulheres trazidas contra sua vontade; fazer manifestações contra a violência e abuso policial e terem seu protesto reconhecido; trabalhar com profissionais da saúde pública como parceiras, em igualdade de condições. Para uma das mulheres, Kamla Bai, a maior mudança na percepção pública referente às trabalhadoras do sexo pode ser vista na forma em que as pessoas agora a convidam para casamentos como um membro respeitado da comunidade (MANSOOR; CORNWALL, 2010). A ação coletiva da VAMP trouxe a aceitação social, mas ela foi conquistada nos termos das mulheres envolvidas.

## **Sexualidade em Contextos Fragilizados por Conflitos**

A sexualidade e a liberdade sexual são afetadas pela globalização e pelo conservadorismo moral. Isso é particularmente marcante em períodos de mudanças disruptivas, quando a falta de segurança pode promover uma retirada de volta para a “tradição” ou “cultura” e os medos quanto à segurança e instabilidade são projetados nos corpos dos cidadãos, particularmente nas mulheres.

### **Estudo de Caso**

Na Palestina, Penny Johnson investigou como a crise política e de segurança criou um contexto em que pânico morais sobre mulheres não casadas e casamentos “irregulares” bem como a transmissão de mensagens relativas à sexualidade por meio da televisão via satélite e das tecnologias de telefonia celular concorreram para um maior controle social de mulheres jovens. A pesquisa de Penny Johnson se concentrou em duas áreas da Cisjordânia, revelando diferenças marcantes entre elas, no tocante à visão de jovens mulheres sobre o futuro. Em Dheisheh, a existência de uma sociedade civil bastante apoiadora, ao lado do fato de esta localidade não implicar na necessidade de se cruzar fronteiras controladas por Israel, teve papel decisivo para que as oportunidades para meninas fossem facilitadas. Mas, em Sair, onde este tipo de fronteira tinha que ser cruzada, a mobilidade das meninas e as oportunidades para elas eram severamente restritas. Isto, por sua vez, afetava a possibilidade de as mulheres frequentarem as universidades e trabalharem. Estas restrições se estendiam, também, ao acesso a informações sobre seus corpos. As meninas expressavam, claramente, o desejo de entender melhor seus corpos, mas enfrentavam barreiras neste sentido. Ao discutirem o treinamento de ONGs para jovens palestinas na questão da democracia, as jovens reclamaram: “Estamos cansadas de sempre ouvir as mesmas coisas: oficinas de comunicação, democracia. Seria melhor aprendermos mais sobre nossos corpos” (JOHNSON, 2010).

### **Ampliando o Acesso à Educação**

Educação e empoderamento de mulheres estão interligados. Pesquisas do Pathways demonstraram que há ligações, se bem que ainda pouco exploradas, entre sexualidade e a falta de acesso das meninas à educação. Em alguns contextos, conforme demonstrado pela pesquisa do Pathways, na Gâmbia, as meninas são retiradas da escola devido a casamentos precoces (TOURAY, 2006). Às vezes o argumento é o de que isto irá prevenir uma

gravidez fora do casamento. Em muitos lugares, jovens grávidas têm maior probabilidade de largar os estudos devido ao “bullying”, à pressão social e à falta de apoio. A educação sexual nas escolas é quase sempre inadequada e ausente dos currículos nacionais.

A falta de informação sobre a sua sexualidade faz com que jovens mulheres tenham maior dificuldade em proteger sua saúde e tomar decisões sobre suas vidas e seus corpos (ARMAS, 2007). O assédio e medo da violência sexual podem impedir que meninas e jovens mulheres tenham acesso à educação. Por exemplo, as escolas podem se tornar lugares perigosos devido ao assédio de professores e colegas. A jornada de ida e vinda da escola pode ser perigosa. Meninas lésbicas e bissexuais podem sofrer o “bullying” homofóbico que leva à exclusão (JOLLY, 2010b).

As pesquisadoras do Pathways argumentam que combater essas barreiras à educação depende de serviços de assistência social adequados e de um ambiente de políticas e legislação capacitadoras. Requer, também, investimentos no sentido de promover mudanças na maneira em que meninas e mulheres, meninos e homens se veem no mundo, bem como nas percepções, expectativas, normas e valores relativos a gênero (CORNWALL, 2011).

“As vidas sexuais de homens e mulheres estão agora presas entre as forças do conservadorismo social... e as pressões para a mercantilização das culturas sexuais no capitalismo. O prazer sexual, a liberdade e a autonomia estão muitas vezes esmagadas entre esta pedra e um lugar duro” (Alan Greig, 2006, p. 87).

### **Estudo de Caso**

A pesquisa de Deevia Bhana, na África do Sul, se voltou para os direitos sexuais de crianças a partir de seus relatos sobre a AIDs. Ela argumentou que a questão dos direitos das crianças muitas vezes contribui para que elas sejam enquadradas como passivas ou dessexualizadas. Seu trabalho com crianças de sete e oito anos de idade, em uma comunidade negra em KwaZulu-Natal, se baseou no método etnográfico e em entrevistas em grupo. Ela observou que as perspectivas das crianças eram moldadas pelos sistemas social e cultural em que viviam e por gênero, raça e diferenças de classe na distribuição do poder. Elas não eram ignorantes quanto à AIDs e ao sexo – algumas meninas associavam AIDs com estupro – mas tendiam a se distanciar desse assunto por meio do humor, porque tinham noção de que não deviam se mostrar muito “sabidas”. Bhana argumenta que existe a necessidade de uma alfabetização sexual e de uma abertura para o sexo na educação infantil, de sorte que as crianças possam falar sobre seus direitos sexuais (BHANA, 2006).

## Recomendação Número Dois

*Políticas e programas que lidam com sexualidade deveriam se voltar para aspectos outros que não os negativos, como, doenças, violência e abuso. A sexualidade também é sobre prazer, controle e empoderamento.*

A ênfase nos aspectos negativos da sexualidade implica em só vermos metade da realidade. O desenvolvimento internacional tende a sobre-enfatizar os aspectos negativos da sexualidade, por exemplo, a saúde sexual e reprodutiva doente e a violência sexual. Como resultado, tem-se falhado na identificação e no apoio aos aspectos mais positivos e prazerosos da sexualidade.

Pesquisas do Pathways demonstram que mulheres, em diferentes contextos, consideram sua sexualidade como uma fonte de poder e como um mecanismo para forjar e controlar seus destinos. Um enfoque negativo exagerado na sexualidade das mulheres e no discurso vitimizante que, geralmente, vem junto, podem ser desempoderadores. Não oferecem às mulheres meios de expressar seus desejos e de imaginar e trabalhar no sentido de uma visão mais positiva da sexualidade. Podem também se encaixar em narrativas conservadoras sobre uma vulnerabilidade inerente às mulheres e à conseqüente necessidade de protegê-las da sexualidade masculina, que é geralmente retratada como bestial, incontrolável e violenta (JOLLY 2007; 2010a; LEWIS; GORDON, 2006; CORNWALL; JOLLY, 2009). Aceitar esses estereótipos não contribui em nada no sentido de questioná-los.

Construções atuais da 'tradição' no Islã trazem alguma coisa relacionada a sexo e sexualidade no âmbito do casamento, em todas as suas modalidades, e qualquer coisa relacionada ao desejo sexual e ao prazer no âmbito de relações heterossexuais como a prática normativa. (Touray 2006: 77)

"Eu adoraria ver a possibilidade das mulheres desfrutarem do prazer e poderem se articular e pedir aquilo que elas desejam sexualmente se tornar um indicador básico de empoderamento. Eu também adoraria que se testasse a correlação, ou relação causal, entre indicadores de empoderamento (capacidade em se pronunciar publicamente, votar, sair de casa, etc.) e prazer no sexo. Morrerei uma mulher feliz o dia em que o Banco Mundial começar a usar isso como um indicador básico" (Anne Philpott, 2011).

## Estudo de Caso

Remover a capacidade das mulheres pedirem o que desejam em termos de sexo e sexualidade e, ao mesmo tempo, apoiar seu empoderamento pode ser perigoso. Durante um curso de treinamento sobre sexualidade para mulheres Dalit e ativistas de Ongs, na Índia, as mulheres afirmaram que precisavam aprender como pedir aquilo que desejavam, bem como dizer não. Elas disseram que era preciso que isto se tornasse socialmente aceitável, caso contrário só teriam o direito de dizer não, não teriam o direito de consentir. Neste caso, os homens poderiam usar a justificativa de que, quando eles diziam “não” queriam, na verdade, dizer “sim”, já que não é socialmente aceitável para as mulheres admitirem que querem fazer sexo. É importante dar suporte às iniciativas das mulheres quando demandam prazer e satisfação bem como quando procuram proteção contra abusos e exigem reparação.

### Recomendação Número Três

*Agências doadoras que trabalham com sexualidade deveriam ser orientadas por – e trabalhar mais de perto com – ativistas locais de direitos humanos e direitos sexuais.*

Muitas agências, comumente, se valem de apelos ao relativismo cultural para evitar lidar com a sexualidade. No entanto, questões de sexualidade do âmbito privado são forjadas por estruturas sociais e políticas públicas e não podem ser ignoradas. Há uma tendência a se ver a sexualidade como questão privada, mas, fundamentalmente, a sexualidade é modelada por normas econômicas, políticas, culturais, religiosas, sociais e por sistemas de mercado. Estas normas e sistemas podem abrir ou restringir as oportunidades para o empoderamento de mulheres. Por exemplo, normas relativas à sexualidade podem permitir que as mulheres demonstrem como se sentem em relação a si próprias por meio das roupas que usam. Mas estas normas também podem ser impostas pela sociedade como uma forma de regulamentar o comportamento e a expressão das mulheres.

Entidades doadoras e agências de desenvolvimento, que têm a possibilidade de influenciar políticas públicas de diversas maneiras, não deveriam considerar a sexualidade como uma questão unicamente de âmbito privado. Entidades doadoras se beneficiariam se

trabalhassem mais de perto com ativistas em prol de direitos humanos e direitos sexuais para verificar se suas políticas têm o potencial de impactar a questão da sexualidade e empoderamento. Se ações de desenvolvimento fizessem justiça, de fato, à diversidade social e sexual das identidades, aos meios de vida e arranjos domésticos das pessoas, como isso seria diferente das abordagens em uso hoje em dia? De que forma podem técnicas/os, ativistas, pesquisadoras/es e atores políticos, voltados para o questionamento e o combate às normas de gênero e sexuais opressoras, colaborar no sentido de atentar para questões referentes à sexualidade?

Trabalhando de perto com o Programa de Sexualidade e Desenvolvimento do IDS, pesquisadoras do Pathways têm articulado um diálogo entre diferentes pessoas que atuam nas intersecções entre desenvolvimento e sexualidade. Em abril de 2008, mais de 70 ativistas, acadêmicos/as, representantes de entidades doadoras e de agências de

desenvolvimento, oriundos de mais de 25 países distintos, se reuniram no *Institute of Development Studies* (IDS), no Reino Unido, para desvendarem as complexas conexões entre sexualidade e a indústria do desenvolvimento.

Em associação com outra iniciativa do IDS, o Programa de AIDs e Desenvolvimento, e com o apoio financeiro da *Swedish International Development Cooperation Agency (Sida)* e do *North American Aerospace Defense Command (NORAD)*, o Programa Pathways colaborou na organização do simpósio “Politizando Masculinidades”, que teve lugar em Dakar, Senegal, em 2008. Este Simpósio reuniu os maiores pensadores e pensadoras sobre homens e masculinidades, com o objetivo de avançar nos debates sobre masculinidade

“Na qualidade de mulher negra africana de um país pobre, tomei uma decisão proativa de ser parte do desenvolvimento. De acordo com a indústria do desenvolvimento, mulheres, como eu, são heterossexuais, vivendo em vilarejos, são casadas, grávidas, com filhos e por aí vai. Então eu acredito que é importante para alguém, como eu, dizer que é parte do desenvolvimento para desafiar esses pressupostos”. (Stella Nyanzi, da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, participando da Oficina sobre ‘Sexualidade e Indústria do Desenvolvimento, IDS, abril de 2008).

“Ao trabalharmos com homens pela justiça de gênero, é importante organizá-los para que lutem por mudanças políticas e institucionais – no Projeto Papai (Pernambuco, Brasil) nós introduzimos rapazes em movimentos sociais e campanhas para lutar por mudanças nas políticas” (Jorge Lyra, Instituto Papai, Brasil).

para além do “pessoal” e discutir questões de estrutura, poder e políticas. Quarenta e três participantes se reuniram neste Simpósio advindos de um leque de diferentes setores, disciplinas, regiões e perspectivas, incluindo pessoas da academia, ativistas e formuladores de políticas e representando diversos países tais como Bangladesh, Índia, Cambodia, Zâmbia, Quênia, Uganda, África do Sul, Burkina Faso, Argentina, Brasil, Austrália, Estados Unidos e países da Europa.

Construindo em cima dessas colaborações, Pathways, o Programa de Sexualidade e Desenvolvimento, bem como o Programa de AIDS e Desenvolvimento, todos do IDS, trabalhando com Andrew Seale, do Fundo Global para o Combate a

“Entendo heteronormatividade como se referindo àquelas normas relativas a gênero e sexualidade que contribuem para que o patriarcado e a heterossexualidade compulsória, assim como outras sistemas e ideologias relativas ao poder, tais como, o fundamentalismo religioso, o sistema de castas, o sistema de classes, e por aí vai, continuem no mesmo lugar” (SHARMA, 2009, p. 53).

AIDS, Tuberculose e Malária, e com Andil Gosine, da York University, do Canadá, coorganizou um simpósio intitulado “Desatando a Camisa de Força do Desenvolvimento: Masculinidades, Sexualidades e Mudança Social”, contando, para tanto, com fundos da UNAIDS, UNDP, Sida e SDC. Teóricos/as, pesquisadores/as, ativistas, técnicos/as e atores políticos trabalhando com gênero e desenvolvimento, homens e masculinidades, prevenção da AIDS, violência de gênero e direitos sexuais, analisaram as normas de sexo e gênero existentes e como a indústria do desenvolvimento conspira com estas normas. Juntos/as, eles e elas identificaram formas alternativas de pensar e trabalhar estas questões.

#### Recomendação Número Quatro

*Agências e técnicos de desenvolvimento deveriam cuidar para que não acabem ignorando ou marginalizando mulheres cuja visão de empoderamento sexual possa ser diferente da sua. Mulheres que vivenciam as consequências negativas da sua sexualidade – seja como viúvas, mulheres descasadas ou cujo desejo se dirija para outras mulheres – precisam de apoio.*

Lembrando que a sexualidade não é uma simples questão de orientação ou preferência sexual, é importante reconhecer a sexualidade de “todo dia” em relação ao empoderamento de mulheres. Em momentos diferentes de sua vida, a mulher pode sofrer constrangimentos e restrições como também ter prazer e vivenciar possibilidades que derivam da sua sexualidade. Isto significa que entidades doadoras e formuladoras de políticas precisam levar em consideração – e resistir à – maneira em que a heteronormatividade pode definir políticas e programas, de sorte que as mulheres que não se adequam às normas sociais e padrões de comportamento esperados (tal qual definidos em culturas específicas) não deixem de usufruir dos esforços de promoção do empoderamento de mulheres. Mulheres não casadas, viúvas ou cujo desejo se volta para outras mulheres também merecem e precisam de apoio no processo de desenvolvimento. É injusto oferecer esquemas orientados só para mulheres que se adequam perfeitamente aos modelos vigentes de como devem ser as vidas das mulheres. É por isto que uma lente de sexualidade é muito importante quando consideramos o empoderamento de mulheres.

Pesquisas do Pathways têm enfatizado a necessidade de se identificar, com propriedade, quais as melhores maneiras de apoiar mulheres que desafiam os modelos dominantes de ser mulher. Por exemplo, pesquisas realizadas no Egito mostram que a reforma legal para apoiar mulheres, por si só, não é suficiente. Na última década, foram sancionadas novas leis no Egito (varas de família mediadoras e o divórcio “khul”, uma prática recentemente reativada permitindo que mulheres se divorciem de seus maridos dentro de determinadas condições, inclusive renunciando a qualquer benefício monetário a que fariam jus), com importantes ramificações para elas. Por cerca de quatro anos, Mulki Al-Sharmani conduziu uma pesquisa etnográfica estudando estas recentes reformas nas chamadas leis de “status

“Logo que essa lei [khul] passou a vigorar, havia muita informação errada na mídia... Penso que isso criou muitas ideias negativas e equivocadas sobre o tipo de mulher que faz uso do ‘khul’... elas são sempre retratadas como inconstantes, moralmente maculadas, sedutoras, mulheres tolas que querem mais é abandonar os maridos. No entanto, caso após caso, vejo que muitas mulheres que apelam ao ‘khul’ são mulheres trabalhadoras, das camadas pobres, que se veem em casamentos abusivos; por optarem pelo divórcio elas acabam abdicando de seus direitos financeiros” (Mulki Al-Sharmani, Centro de Pesquisa Social, American University in Cairo).

peçoal” no Egito. Ela coletou dados por intermédio de entrevistas com mulheres e homens reclamantes, juizes, advogados, legisladores, especialistas em mediação, ativistas por direitos das mulheres, pensadores, acadêmicos religiosos e membros de instituições religiosas. Ela acompanhou casos da vara de família e analisou os conteúdos dos registros do Tribunal. Um dos seus achados se refere ao fato de que enquanto algumas mulheres se valeram do “khul” para escapar do casamento, ainda existe um forte preconceito contra o divórcio no Egito. Isto acaba impedindo que as mulheres façam uso desta lei, pois, caso optem pelo divórcio, serão estigmatizadas.

#### Recomendação Número Cinco

*A formulação de políticas e programas deve apoiar as mulheres nas suas lutas por formar o tipo de parcerias sexuais e arranjos familiares que desejam. Isso é uma parte integral do empoderamento de mulheres.*

#### **Estudo de Caso**

No Brasil, pesquisadoras do Pathways observaram que trabalhadoras domésticas confrontam uma série de dificuldades para iniciar e manter relacionamentos íntimos. Suas condições de trabalho (longas horas de trabalho, dormir no emprego ou morar longe tendo que despender muito tempo para ir e vir) tornam difícil elas terem tempo suficiente para encontrar parceiros em potencial ou desfrutar a companhia dos atuais. Viver na casa dos patrões ou em condições de moradia precárias nas favelas torna difícil contemplar a ideia de ter uma família.

Uma proporção considerável das trabalhadoras domésticas que participaram dos grupos focais do projeto vivenciaram abuso, se não violência sexual, por parte de seus empregadores. Dado que estes assaltos acontecem no espaço doméstico e em vista da precariedade deste tipo de emprego, os direitos sexuais das trabalhadoras domésticas não são facilmente protegidos.

As trabalhadoras domésticas brasileiras entendem que a chave para a mudança está na ação coletiva: o movimento pelos direitos das trabalhadoras domésticas levou à criação de seu sindicato, agora articulado a outros sindicatos nacionais, avançando a passos largos na mudança da legislação, conquistando o direito a folgas semanais e outros direitos trabalhistas bem como programas de profissionalização para garantir-lhes mais segurança no emprego. As ativistas lutam para que cada trabalhadora doméstica tenha o direito a sua própria casa, sua própria família e desfrutem de condições de trabalho que outras categorias têm por direito.

As pesquisas do Pathways têm mostrado que os relacionamentos são chave para o empoderamento de mulheres (PATHWAYS, 2011). Relacionamentos sexuais e familiares são fonte de suporte e prazer para muitas mulheres, dando-lhes a energia que as alimenta nas suas articulações políticas. No entanto, em muitos contextos, as mulheres não têm a liberdade de construir o tipo de relacionamento que gostariam ou são marginalizadas porque romperam com as normas sociais permanecendo solteiras ou em relacionamentos com outras mulheres. Intervenções que apoiem mulheres nos seus desafios aos ambientes legal, político e social limitadores que impedem a constituição dos relacionamentos por elas desejados são cruciais. A abordagem dos direitos humanos se constitui como base sólida para desenvolver instrumentos voltados para tais fins, tendo-se, na Carta de Princípios de Yogyakarta ([www.yogyakartaprinciples.org/](http://www.yogyakartaprinciples.org/)), um guia de políticas especialmente útil.

#### Recomendação Número Seis

*Agências de desenvolvimento deveriam dar suporte às mulheres para que elas possam desafiar os contextos legais, políticos e sociais que limitam a livre expressão da sua sexualidade e possam se articular no sentido de uma atuação coletiva por mudanças.*

Em muitas ocasiões em que as mulheres têm se organizado em torno de questões sobre sexo e reprodução, isto tem funcionado como uma porta de entrada para lutas mais amplas por justiça social. O reconhecimento da existência de abusos e desigualdades relativas à sexualidade pode ser catalisador para uma mobilização social que desafie outros “direitos naturais” e privilégios. Pesquisas do Pathways têm demonstrado que oferecer suporte a estas lutas e desobstruir o caminho para ações coletivas é crucial para o empoderamento de mulheres.

Direitos relativos à sexualidade estão consagrados em leis internacionais. Incluem-se aí o direito à liberdade e à segurança pessoal, à

“Direitos sexuais empoderam as pessoas, não apenas em relação à tomada de decisão nas suas vidas sexuais, mas também ao contribuírem para a autoestima e para uma nova percepção de cidadania e controle sobre suas vidas em outros âmbitos, tais como, saúde, educação, emprego, etc.” (ARMAS, 2007, p. 9).

liberdade de expressão, o direito de buscar, receber e repassar informação, o direito ao casamento e a formar uma família, o direito ao acesso a serviços de saúde. Este conjunto de direitos é importante para se forjar demandas por justiça sexual. Sharma tem argumentado que, no contexto indiano, direitos sexuais têm que ser implantados em relação a identidades particulares. Esta política de identidades pode ser importante em romper com os silêncios e na articulação de comunidades. No entanto, pode também mascarar a diversidade e fluidez da sexualidade e se tornar exclusivista (SHARMA, 2006). O Projeto Pathways verificou que, na maior parte dos contextos, a reforma política ou legislativa é um ponto de partida para a jornada das mulheres ao empoderamento, não um fim em si mesma.

### **Estudos de Caso**

Em Bangladesh, Shireen Huq investigou como o movimento de mulheres estabeleceu parcerias com organizações pelos direitos de trabalhadoras do sexo. Este foi um processo desafiador, pois, embora o movimento de mulheres fosse caracterizado por um discurso político progressista, tendia a ser conservador, no tocante às questões de sexualidade. A luta pelos direitos das trabalhadoras do sexo deslanchou um processo que ajudou na redefinição das fronteiras do ativismo das mulheres e desafiou os conceitos de sexo e gênero como categorias fixas (HUQ, 2006).

Na China, a ONG Pink Space reuniu mulheres marginalizadas devido à sexualidade – lésbicas, esposas de homens gays e mulheres vivendo com AIDs. Através do diálogo, elas perceberam que normas sociais e pressões induzindo ao casamento implicaram em menos felicidade e oportunidades para muitas. Por exemplo, as esposas de homens gays, que se casaram sem conhecer a orientação sexual dos maridos, se sentiam presas em relacionamentos que não lhes traziam prazer, mas não podiam falar sobre isto com medo de perder suas famílias ou ser alvo do estigma e da discriminação. Ouvir essas histórias inspirou as participantes a se unirem para desafiar as normas que lhes negavam o exercício do poder e o direito de escolha. (HE, no prelo).

### **Recomendação Número Sete**

*Entidades financiadoras deveriam apoiar as iniciativas inovadoras no sentido de criar novas narrativas sobre a sexualidade e desafiar os estereótipos existentes, apresentando alternativas reais para mulheres e homens que, em última instância, promovem o empoderamento de mulheres.*

## **Estudo de Caso**

O Programa de Educação sobre Direitos Humanos para Mulheres da Turquia introduziu um componente de direitos sexuais no treinamento sobre legislação, conduzindo também treinamento com mulheres rurais para capacitá-las para lutar por direitos nas suas vidas pessoais e pública. Foi observado que, apesar dos avanços na conquista de equidade de gênero nos códigos civil e penal, as mulheres ainda se viam sujeitas à violação de seus direitos humanos engendrada por concepções patriarcais, atrasadas da sexualidade, a exemplo dos casamentos precoces, crimes em defesa da honra, estupro conjugal e testes de virgindade. Não obstante essas limitações legais, a sensibilização transformadora no tocante a direitos sexuais foi um paço crucial na mudança de percepções e no empoderamento de mulheres para o exercício da livre escolha.

## **Estudos de Caso**

Representações sobre mulheres na música popular podem reforçar ou desafiar estereótipos. As pesquisadoras do Pathways, Akosua Adomako e Awo Asiedu, analisaram as letras do cancionário de Gana de 1950 ao presente, verificando que as mensagens contidas nessas canções eram comumente negativas, retratando as mulheres como objetos sexuais, como seres inconstantes e ciumentos. As pesquisadoras queriam construir novas narrativas sobre mulheres na música popular, articulando, para tanto, meios para congregar diferentes partes interessadas da indústria musical para pensar como proceder para tal fim. Isso abriu um espaço para discussões sobre a forma em que gênero e relacionamentos eram representados na música popular, propondo-se, então, um concurso de canções para incentivar artistas a pensarem sobre a questão em pauta. Um painel composto por músicos/as, produtores/as musicais, pesquisadoras/es na temática de gênero, professores/as de música e jovens consumidores/as de música escolheu as canções vencedoras, baseado na qualidade das letras e da música e seus aspectos inovadores. Espera-se que um engajamento continuou com esses grupos possa encorajar mudanças na forma em que as mulheres são representadas na música e na indústria do entretenimento no futuro (ADOMAKO AMPOFO; ASIEDU, 2011; ANYIDOHO, 2010; ASIEDU; ADOMAKO AMPOFO, no prelo)

Contar histórias é um instrumento importante para enfatizar e propagar as experiências positivas de mulheres em suas vidas sexuais. Bibi Bakare-Yusuf, editora do Cassava Press, na Nigéria, argumenta que grande parte do ativismo e pensamento feministas tem se voltado para os aspectos negativos da sexualidade feminina na África, o que não faz justiça à experiência vivida das mulheres. Prazer e felicidade tem que ser visualizados ao lado de medo e perigo, para que se possa compreender como a 'narrativa dos perigos' é legitimada pelo patriarcado, bem como para forjar uma abordagem mais transgressiva que desafie e desmonte sistemas que mantêm as mulheres com medo. Para esse fim, ela comissionou um projeto que objetiva coletar histórias que subvertem as ideias dominantes sobre o papel do desejo na vida das mulheres africanas. (BAKARE-YUSUF, no prelo).

Evidência provinda de pesquisas do Pathways sobre empoderamento de mulheres e sexualidade revela a importância de normas e valores como fatores cruciais nas trilhas do empoderamento de mulheres. Novas e mutantes narrativas

“A situação atual em nossos países, no que diz respeito à liberdade de expressão sexual, é um exemplo emblemático de como direitos, realidades e esforços por parte da sociedade e do governo são peças de um complexo quebra-cabeças social, político e legal. Nessa dinâmica complexa, todo mundo tem que conectar iniciativas, perícia e esforços no sentido de construir uma sociedade na qual a não-discriminação e a liberdade de expressão sexual não sejam apenas princípios legais e políticos, mas também alternativas concretas para todos e todas” (RAUPP RIOS, 2006, p. 50).

sobre sexualidade podem oferecer uma amplitude de benefícios para a subsistência e bem-estar das mulheres (CORNWALL; CORRÊA; JOLLY, 2008; JOLLY; CORNWALL, 2010; PEREIRA, 2008). A cultura popular – música, rádio, filmes e programas televisivos – é uma parte integral da vida das mulheres em vários dos contextos estudados pelo Pathways. A cultura popular é importante porque pode mudar a opinião pública, assim como, atitudes e valores, de uma forma mais ampla. As pesquisadoras do Pathways têm trabalhado de diferentes formas para criar imagens alternativas das mulheres em filmes, histórias e na fotografia, bem como nas narrativas das políticas de desenvolvimento (ADOMAKO AMPOFO; ASIEDU, 2011; ALI, no prelo; ASIEDU; ADOMAKO AMPOFO, no prelo).

## Referências

ADOMAKO AMPOFO, A.; ASIEDU, A. Changing representations of women in ghanaiian popular music: marrying research and advocacy. *Current Sociology* (2011). (no prelo).

AL-SHARMANI, M. *Narratives of egyptian marriages*, Cairo: Social Research Center; American University in Cairo, sem data.

ALI, M. Rewriting desire as empowerment in the women and memory forum storytelling project. In: PEREIRA, C. (Ed.). *Changing narratives of sexuality: contestations, compliance and women's empowerment*. London: Zed Books, no prelo.

AMADO, L. E. Sexuality and sexual rights in muslim societies. *Development* 52, p. 59-63, 2009.

ANYIDOHO, A. Changing representations of women in Ghanaian popular music. *IDS News*, 11 Jan. 2010. Disponível em: <[www.ids.ac.uk/go/news/changing-representations-of-women-in-ghanaian-popular-music](http://www.ids.ac.uk/go/news/changing-representations-of-women-in-ghanaian-popular-music)>.

ARMAS, H. Whose sexualities count? poverty participation and sexual rights. *IDS Working Paper 294*, Brighton: Institute of Development Studies, 2007.

ASIEDU, A.; ADOMAKO AMPOFO, A. Towards alternative representations of women in African cultural products. In: ADAMS, A. (Ed.). *Festschrift in honour of Ama Atta Aidoo*. Banbury: Ayebia Clarke Publishing Ltd., no prelo.

BAKARE-YUSUF, B. Pleasure and women's empowerment. In: JOLLY, S.; CORNWALL, A.; HAWKINS, K. (Ed.). *The power of pleasure: sex, pleasure and empowerment*. London: Zed Books, no prelo.

BHANA, D. The (im)possibility of child sexual rights in South African children's account of HIV/AIDS. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 5, p. 64-68, 2006. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/idsb.2006.37.issue-5/issuetoc>>.

CORNWALL, A. Evidence to the all party parliamentary group on debt aid and trade on DFID's Policy on women and girls. 22 Jun. 2011.

CORNWALL, A.; JOLLY, S. Sexuality and the development industry. *Development*, v. 52, n. 1, p. 5-12, 2009.

CORNWALL, A.; JOLLY, S. Sexuality and the development industry. *Workshop Report*, Brighton: Institute of Development Studies, 2008.

CORNWALL, A.; CORRÊA, S.; JOLLY, S. Introduction. In: CORNWALL, A.; CORRÊA, S.; JOLLY, S. (Ed.). *Development with a body: sexuality, human rights and development*. London: Zed Books, 2008.

ERCEVIK AMADO, L. Promoting sexual rights through human rights education: experiences at grassroots in Turkey. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 5, p. 117-122, 2006.

FAIZ RASHID, S. Small powers, little choice: contextualising reproductive and sexual rights in slums in Bangladesh. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 5, p. 69-76, 2006.

GOSINE, A. Monster, womb, MSM: the work of sex in international development sexuality and development. *Development*, v. 52, n. 1, p. 25-33, 2009.

GREIG, A. Sex and the rights of man. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 5, p. 84-88, 2006.

HE, X. Pink space: we want pleasure, we are Chinese. In: JOLLY, S.; CORNWALL, A.; HAWKINS, K. (Ed.). *The power of pleasure: sex, pleasure and empowerment*. London: Zed Books, no prelo.

HUQ, S. Sex workers' struggles in Bangladesh: learning for the women's movement. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 5, p. 134-137, 2010.

JOHNSON, P. Unmarried in Palestine: embodiment and (dis)empowerment in the lives of single palestinian women. *IDS Bulletin*, v. 41, n. 2, p. 106-115, 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/idsb.2010.41.issue-2/issuetoc>>.

JOLLY, S. Love, sex, and money in China's changing economy. *IDS Bulletin*, v. 42, n. 5, 2011.

JOLLY, S. Sexual pleasure empowers women. *Contestations Online Journal*, n. 2, 2010a. Disponível em: <<http://www.contestations.net/issues/issue-2/>>.

JOLLY, S. *Poverty and sexuality: what are the connections? overview and literature review for SIDA*. Stockholm: Sida, 2010b.

JOLLY, S. Why the development industry should get over its obsession with bad sex and start to think about pleasure. *IDS Working Paper 283*, Brighton: Institute of Development Studies, 2007.

JOLLY, S.; CORNWALL, A. Sexuality, gender and poverty. In: CHANT, S. (Ed.). *The International Handbook of Gender and Poverty: concepts, research, policy*. Camberley: Edward Elgar Publishing Ltd., 2010.

LEWIS, J.; GORDON, G. Terms of contact and touching change: investigating pleasure in an HIV epidemic. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 5, p. 110-116, 2006.

LIND, A. Governing intimacy, struggling for sexual rights: challenging heteronormativity in the global development industry. *Development*, v. 52, n. 1, p. 34-42, 2009.

MANSOOR, K.; CORNWALL, A. *Save us from saviours*, 2010. Disponível em: <<http://vimeo.com/15137630>>.

OVERS, C.; HAWKINS, K. Can rights stop the wrongs? exploring the connections between the framings of sex workers' rights and sexual and reproductive health. *BMC International Health and Human Rights*, no prelo.

PATHWAYS. Empowerment: a journey not a destination. *Synthesis Report*, Brighton, Pathways of Women's Empowerment RPC, 2011.

PEREIRA, C. Interrogating norms: feminists theorizing sexuality, gender and heterosexuality, sexuality and development. *Development*, v. 52, n. 1, p. 18-24, 2009.

PEREIRA, C. Changing narratives of sexuality concept paper. *Pathways Working Paper 4*, Brighton, Institute of Development Studies, 2008.

PHILPOTT, A. *Private communication with Kate Hawkins*, 2011.

RAUPP RIOS, R. Developing sexual rights: challenges and trends in Latin America. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 5, p. 46-51, 2006.

SHARMA, J. Bringing together pleasure and politics: sexuality workshops in rural India. *IDS Practice Paper*, 2010. Disponível em:  
<<http://www.ids.ac.uk/go/idspublication/bringing-together-pleasure-and-politics-sexuality-workshops-in-rural-india>>.

SHARMA, J. Reflections on the construction of heteronormativity. *Development*, v. 52, n. 1, p. 52-55, 2009.

SHARMA, J. Reflections on the language of rights from a queer perspective. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 5, p. 52-57, 2006.

TOURAY, I. Sexuality and Women's Sexual Rights in the Gambia. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 5, p. 77-83, 2006.